

# ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CUSTO BRASIL

**Carlos Alberto Barbosa Filho**

**Fátima de Souza Freire**

## **Resumo:**

*Mostra-se que o novo cenário produtivo brasileiro é consequência da evolução histórica do país em relação as políticas comerciais que têm sido utilizadas. Como resultante da mesma advém o Custo Brasil, que nada mais seria que encargos diversos impostos às atividades empresariais que freqüentemente são argüidas constituírem fator decisivo relacionado ao problema da competitividade brasileira no mercado globalizado. Uma descrição da ótica do empresariado sobre o Custo Brasil é apresentada e discutida, e algumas estratégias para sua redução são descritas como as associadas ao Programa Brasil em Ação, o fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, aquilo que seria o enfoque empresarial, e o déficit público, o vilão de sempre. Aborda-se também a possível relação do Custo Brasil com o problema do desemprego, e sua ligação direta com o bem estar social. Constatase que o Custo Brasil não é o fator determinante na crise de desemprego no que vem ocorrendo nos últimos anos no país. Nas reflexões finais sobre o Custo Brasil, defende-se que as preocupações com ele devem estar aquém daquelas com a existência de um controle eficaz de custos nas empresas, existindo uma clara indissociabilidade entre competitividade empresarial e estratégias para controle de custos. Estimando-se que menos de 10% das empresas brasileiras disporem de um sistema operacional eficaz para controle de custos, sugere-se que a Associação Brasileira de Custos (ABC) e seus associados terão atuação fundamental no processo de inserção das empresas brasileiras em uma economia globalizada bastando para isto desenvolverem projetos de impacto para a comunidade empresarial visando o aumento de sua competitividade decorrente da melhoria e/ou implantação de controles de custos operacionais eficazes.*

## **Palavras-chave:**

**Área temática:** *Gestão Estratégica de Custos com Elemento de Suporte da Competitividade*

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CUSTO BRASIL**

**Carlos Alberto Barbosa Filho**

**Fátima de Souza Freire**

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Contabilidade

Av. da Universidade, 2431, Benfica / 60020-180 Fortaleza, Ceará, Brasil

Email: [ffreire@ufc.br](mailto:ffreire@ufc.br), Tel/Fax 55 (85) 252 23 73

### **RESUMO**

Mostra-se que o novo cenário produtivo brasileiro é consequência da evolução histórica do país em relação as políticas comerciais que têm sido utilizadas. Como resultante da mesma advém o Custo Brasil, que nada mais seria que encargos diversos impostos às atividades empresariais que freqüentemente são argüidas constituírem fator decisivo relacionado ao problema da competitividade brasileira no mercado globalizado. Uma descrição da ótica do empresariado sobre o Custo Brasil é apresentada e discutida, e algumas estratégias para sua redução são descritas como as associadas ao Programa Brasil em Ação, o fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, aquilo que seria o enfoque empresarial, e o déficit público, o vilão de sempre. Aborda-se também a possível relação do Custo Brasil com o problema do desemprego, e sua ligação direta com o bem estar social. Constata-se que o Custo Brasil não é o fator determinante na crise de desemprego no que vem ocorrendo nos últimos anos no país. Nas reflexões finais sobre o Custo Brasil, defende-se que as preocupações com ele devem estar aquém daquelas com a existência de um controle eficaz de custos nas empresas, existindo uma clara indissociabilidade entre competitividade empresarial e estratégias para controle de custos. Estimando-se que menos de 10% das empresas brasileiras disporiam de um sistema operacional eficaz para controle de custos, sugere-se que a Associação Brasileira de Custos (ABC) e seus associados terão atuação fundamental no processo de inserção das empresas brasileiras em uma economia globalizada bastando para isto desenvolverem projetos de impacto para a comunidade empresarial visando o aumento de sua competitividade decorrente da melhoria e/ou implantação de controles de custos operacionais eficazes.

**TEMA 1:** Gestão Estratégica de Custos como Elemento de Suporte da Competitividade

# ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CUSTO BRASIL<sup>1</sup>

## 1. O Novo Cenário Produtivo Brasileiro

Durante décadas o Brasil viveu com uma política protecionista, onde havia uma grande redução das participações de empresas estrangeiras no âmbito comercial e financeiro, principalmente em setores da economia considerados estratégicos para o desenvolvimento do país como, por exemplo, o de petróleo, o das telecomunicações, o siderúrgico, o de mineração e o elétrico. De fato, a partir do final dos anos 40 o Brasil foi palco de uma política nacionalista, onde um revolucionário processo de industrialização foi instaurado, tomando, languidamente, o lugar de uma economia antes voltada quase que exclusivamente ao setor agrário. Poderia-se então falar de décadas desenvolvimentistas associadas a proteção de mercado, cujo ápice poderia ser considerado como tendo ocorrido na década de setenta. Só que este modelo ruiu na década de 80, a considerada década perdida, devido a uma série de fatores, entre os quais o choque da crise do petróleo e uma do processo de globalização econômica.

É possível se considerar que há aproximadamente duas décadas o mundo vem sofrendo um processo gradativo de mudanças, principalmente sociais e políticas, que vem aliado ao galopante desenvolvimento tecnológico, aríete para a concretização de uma nova realidade. É notória a tendência à unidade global que se aguça com o surgimento de blocos econômicos emergentes como, por exemplo, a União Européia, e mais recentemente, o Mercosul e o Nafta. A partir dessa observação é certo que uma generalizada abertura comercial em nível internacional esteja promovendo cada vez mais uma nova forma de relação entre as nações. Contra esse *status* o Brasil certamente não podia lutar, e fatalmente iria para ele ser ainda mais prejudicial em termos econômicos caso continuasse a isolar-se comercialmente de forma exacerbada.

Diante de uma antevisão do que seria o processo de globalização econômica e dos fatores positivos que poderiam ser proporcionados por uma maior abertura econômica foi que o ex-presidente Fernando Collor de Mello buscou incentivar a partir de 1990 a retomada do desenvolvimento nacional através de um processo de mudança de atitude governamental que se refletiu em medidas demasiadamente drásticas para a conjuntura econômica brasileira naquele momento, mas necessárias ao alcance do seu objetivo. Devido a isso, embora tardiamente (de certa forma), o Brasil começou a ingressar no mundo globalizado e a sentir os verdadeiros sintomas **escusos** da debilidade produtiva de suas indústrias. Porém, tais medidas só receberam um forte impulso a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso em 1994, com o lançamento de um plano de estabilização econômica denominado de Plano Real. Esse governo foi o responsável pela abertura comercial definitiva do país.

No entanto, a forma indiscriminada como tal medida foi concretizada, gerou um grande desequilíbrio na Balança Comercial (vide Gráfico 1). Houve uma boa receptividade aos produtos estrangeiros, mas sequer foi feita uma avaliação prévia do mercado com a

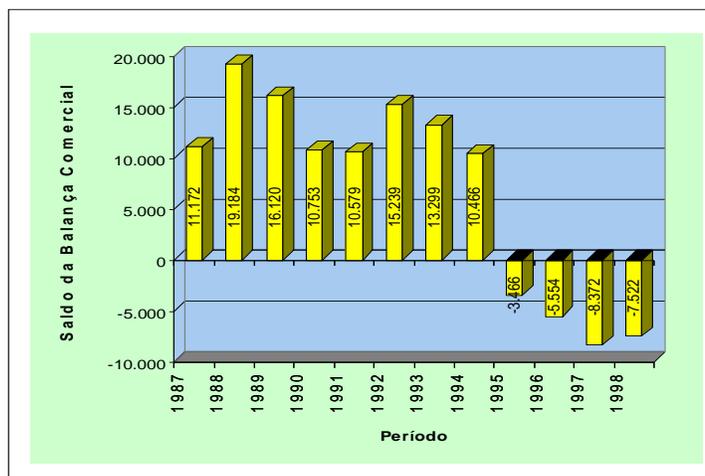
---

<sup>1</sup> **TEMA 1:** Gestão Estratégica de Custos como Elemento de Suporte da Competitividade

finalidade de detectar quais setores da economia estariam preparados para competir com as empresas internacionais. O processo de privatização (vide Gráfico 02) das telecomunicações, das empresas energéticas, das empresas siderúrgicas e do setor ferroviário foram e continuam sendo realizações do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Além disso, ele providenciou uma reformulação das medidas fiscais como parte desse processo de estabilização econômica nacional.

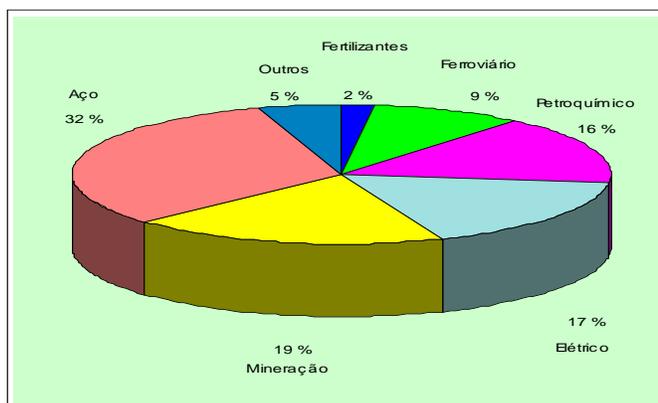
Diante disso pode-se observar que o Brasil mudou radicalmente o seu percurso e vem sendo um agente atuante no processo de globalização que está permeando o mundo, de forma a buscar o seu crescimento econômico. Porém, vem simultaneamente sofrendo um grande problema com as medidas que tem tomado por estas estarem afetando sobremaneira a iniciativa privada e o nível de vida da população como um todo, o que tem sido feito na crença de que a estabilização da economia brasileira advinda do Plano Real seja vantajosa para todos.

**Gráfico 01 - Saldo da Balança Comercial brasileira (FOB) - U\$ milhões.**



Fonte: Cief, Secex.

**Gráfico 02 - Privatização Federal por setor - 1991/1997.**



Fonte: MPO

Todo mercado no mundo capitalista tem como propulsor do seu objetivo a existência da concorrência livre das entidades, de forma a gerar condições satisfatórias para a promoção de um ambiente saudável para o desenvolvimento e crescimento de uma determinada região. A capacidade de se destacar perante os outros, através de novidades mercadológicas, é o que impulsiona as entidades a estarem em constante luta em busca da constante melhoria de suas atividades, ou seja, o alcance da eficiência e eficácia de suas ações será sempre uma preocupação, uma vez serem as responsáveis pelo bom desempenho e conseqüente aquisição da capacidade de competir de uma entidade. Um bom planejamento tributário, uma importante pesquisa de mercado visando a necessidade do consumidor, a busca de novos materiais qualificados para a produção, a capacitação da mão-de-obra e a qualidade da produção, um bom aparato tecnológico, juros reduzidos de financiamentos e longo prazo de pagamento dos financiamentos, boa infraestrutura, orçamentos para controle e perspectivas futuras do mercado e um rigoroso sistema de informações que controle todas essas variáveis são alguns pré-requisitos para a consecução de um desempenho favorável de uma entidade perante um mercado de grande competição.

Diante disso, percebe-se que a eficiência da entidade, no que tange à sua participação no mercado como um sistema competitivo, não depende somente dos seus esforços isolados, uma vez que, em meio ao novo cenário delineado da globalização, as entidades cada vez mais dependem de uma adaptação bem sucedida de políticas gerenciais a políticas governamentais, sendo que estas por sua vez sofrem influências diretas ou indiretas das políticas do governo de outros países e de investimentos estrangeiros.

Determinado processo de acumulação de riquezas, extremamente prejudicial ao crescimento real da economia, fez parte de um passado brasileiro bastante recente. Foi o que chamaram de **Ciranda Financeira**, onde havia um entrave à produção proporcionado pela falta de estímulo ao desenvolvimento das atividades empresariais. A inflação era a causadora de todo esse transtorno, uma vez que ela promovia aos aplicadores uma taxa de juros bem mais rentável que algumas taxas de retorno sobre os investimentos, fazendo com que o custo de oportunidade fosse bem mais atraente que todo o sacrifício voltado para a produção que porventura viesse a ser despendido.

Adversamente a essa inércia produtiva, nasceu no Brasil um mercado de elevado nível competitivo, em virtude da instauração de um novo ambiente mercadológico proveniente da abertura comercial. Tal iniciativa carregou a imensa responsabilidade da reduzida qualidade administrativa da economia brasileira. Em meio ao cenário que se configurou no Brasil, devido a um conjunto de fatores externos provenientes do processo de globalização que o mundo está vivendo, e internos, oriundos dos ditames do governo em busca de um caminho para a solução dos problemas que há muito importunam o país, começa a surgir uma grande restrição ao processo de crescimento brasileiro, só detectada e originada em razão da formação desse novo ambiente econômico, que foi denominada de Custo Brasil.

O Custo Brasil nada mais é do que o crescente descompasso entre as condições ofertadas às empresas em outros países e aquelas ofertadas pelo governo brasileiro às empresas instaladas no país para a consecução dos seus objetivos.

**“A economia brasileira acumulou ao longo de muitos anos um conjunto de ineficiências e distorções que prejudica a competitividade do seu setor produtivo. Tais ineficiências, que se tornaram patentes com o avanço da abertura da economia, dizem respeito às relações entre o Estado e o setor privado, e estão expressas basicamente em uma legislação inadequada e em graves deficiências no provimento de bens públicos [CNI, Custo Brasil 1995].”**

Esboçou-se um quadro bastante degenerativo da condição do empresariado brasileiro, em função da perda do seu poder competitivo, devido à ineficácia dos seus modelos gerenciais e ao tratamento de irrelevância até então dedicado à produção, quando comparados aos pressupostos gerenciais aplicados, a qualidade produtiva, a automação e às políticas a que estavam submetidos os empresários em outros países, já experientes com um baixo nível de inflação e aspectos gerenciais relativos a controle de custos na produção, aumento de produtividade associado ao aperfeiçoamento da qualidade da mão-de-obra etc.

## **2. A Composição do Custo Brasil na Ótica dos Empresários Brasileiros**

*Se ficar o bicho pega, se corre o bicho come.*

A Confederação Nacional das Indústrias aponta os seguintes fatores como os mais mordazes no processo de ingresso do Brasil dentro do mercado globalizado, e que obviamente são os componentes do Custo Brasil:

(i) a desigualdade na incidência tributária no que tange aos setores econômicos, às diferentes regiões do país e às empresas de um mesmo setor, uma vez que o governo pode baixar certas medidas de acordo com a política que convier aos interesses nacionais. Além disso, a grande maioria desses encargos afetam numa maior proporção o setor industrial. O ICMS e o IRPJ são os dois mais incômodos impostos aplicados às indústrias, uma vez que exercem um forte desestímulo ao processo produtivo brasileiro. As exportações e os investimentos idealizados pela indústria nacional sofrem os efeitos imediatos dessa sobretaxação. Por isso, é imprescindível a existência de um eficaz planejamento tributário no processo de gerenciamento empresarial;

(ii) a rigidez e o paternalismo observados na legislação trabalhista brasileira, pois ao mesmo tempo que assegura inúmeros benefícios ao trabalhador, é uma grande promotora de dificuldades no fluxo de pessoas no mercado de trabalho, ou seja, diante de uma exacerbada carga de encargos sociais os empregadores tornam-se mais cautelosos e menos interessados em contratar pessoal, na medida da necessidade, para suprir as deficiências produtivas, o que se relete no aumento das horas extras e em um mercado informal bastante elevado, piorando, então, o controle da arrecadação;

(iii) a carência de infra-estrutura social como elemento essencial no processo de capacitação do cidadão para o mercado de trabalho. Dado que a educação e a saúde são requisitos básicos para qualquer nação iniciar um processo de crescimento econômico e que o Brasil tem um fluxo precário de recursos destinados a essas áreas, é de fácil percepção o crescente e futuro custo que se acumulará e recairá sob a responsabilidade das empresas. Esse cenário em que o governo se exime de suas obrigações sociais em detrimento de uma elevação dos custos de produção das empresas é bastante prejudicial ao processo de crescimento da economia de um país. Esse fenômeno só ocorre porque as empresas necessitam de uma mão-de-obra qualificada diante da imensa competitividade do mercado, pois, assim, se obrigam a investir no profissional. Além disso o governo não tem uma incisiva participação no processo de oferta de serviços educacionais e de saúde para a população.

(iv) a falta de investimento em infra-estrutura como energia, transporte e telecomunicação, que são os meios pelos quais são concretizados os negócios das empresas, comprometendo a continuidade das atividades produtivas. As precárias condições em que se encontram as rodovias e ferrovias, a falta de injeção de recursos nas hidrovias e nas pesquisas das empresas energéticas e de telefonia elevam consideravelmente os gastos de produção. O investimento, a produção e a oferta de emprego como consequência de tudo isso se retraem, provocando uma perda do poder competitivo das empresas.

(v) o elevado custo financeiro dos financiamentos, ou seja, altas taxas de juros sobre financiamentos de capital de giro ou de bens de produção realizados junto às instituições financeiras. O financiamento do déficit público através da dívida junto ao público é o responsável pela elevação dessas taxas, uma vez ser uma forma de incentivar as pessoas a investirem nas letras do Tesouro. Pode-se ainda dar destaque à influência de encargos como o IOF (imposto sobre operações financeiras), o IR (imposto sobre a renda) e a Contribuição Social, que se destinam à Receita Federal, aumentando, assim, o custo do empresário ao tomar um financiamento. Além de tudo, convém ainda ressaltar a grande escassez da oferta de financiamento de longo prazo, recurso empresarial costumeiro necessário ao financiamento de suas vendas.

(vi) a regulamentação exacerbada do Estado sobre as atividades empresariais no país acaba por promover um gasto adicional, e muitas vezes vultoso por parte dos cidadãos a fim de seguirem de forma correta as regras de atuação no mercado estabelecidas pelo governo. O tempo e o dinheiro despendido na consecução das normas fiscais e trabalhistas de forma que a iniciativa privada alcance o seu objetivo, é mais um custo que reduz o percentual de lucro estabelecido como meta da empresa. Por conta de fatores internos, a regulamentação estatal excessiva, e de fatores externos exaltados com a globalização, a incerteza nos negócios cada vez mais se aguça, não dando condições aos agentes do mercado de trabalharem com, pelo menos, um risco que seja reduzido, sendo necessário, então, que os fatores envolvidos na atividade produtiva estejam assegurados mediante contratos.

É devido aos fatores elencados anteriormente que o empresariado brasileiro vem sofrendo para se adaptar às novas condições impostas, visto que, agora, em meio ao mercado globalizado, não mais existe o protecionismo a que o brasileiro se acostumou e que já tomava como situação natural e básica por onde nortear as suas decisões gerenciais. O fato é que tanto as empresas, no papel defensivo, quanto o Estado, no papel de agente facilitador, têm que, a partir de então, se engajar nesse novo processo que se delinea no mundo de forma a superar as dificuldades ao crescimento econômico.

### 3. ESTRATÉGIAS PARA REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL

#### 3.1 O Programa Brasil em Ação

*Um artifício para a reeleição?*

Foi a partir de uma conscientização do governo federal da nova situação que estava imperando no mercado brasileiro que ele decidiu lançar, em parceria com a iniciativa privada e com o apoio do governo estadual e municipal, em agosto de 1996, através do Ministério do Planejamento, o **Programa Brasil em Ação**, utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), financiamentos externos, recursos de empresas estatais e dos orçamentos da União, Estados e Municípios e investimentos privados. Nesse programa foram incluídos 42 empreendimentos, dos quais 16 tiveram como meta a geração de empregos e a melhoria das condições de vida no que tange à saúde, educação, habitação e saneamento e 26 idealizaram sanar as restrições produtivas brasileiras: telecomunicações, energia, transporte (rodovias, hidrovias e ferrovias), irrigação, abastecimento de água e turismo. O objetivo desse programa era de promover o desenvolvimento econômico e social do país a longo prazo.

Com isso o governo federal pretendeu fortalecer as bases de funcionamento da política do mercado brasileiro, de forma a reduzir o Custo Brasil, incentivando a iniciativa privada a investir, a fim de gerar um efeito positivo multiplicador na economia, ou seja, criar condições para a produção, nascendo, obviamente, uma elevação da contratação da mão-de-obra, ajudando, assim, na renda familiar (nível de vida), conseqüentemente na arrecadação dos cofres públicos, na redução do déficit público, na imediata redução das taxas de juros, dando condições então para o início de tudo, quer dizer, do investimento. Além disso, **mais 18 empreendimentos foram acrescentados a esse programa a partir de 1999**, a fim de complementar a reestruturação que foi planejada mediante a observação das carências do mercado brasileiro.

### 3.2 O Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC)

*Um pingo de água no oceano do financiamento à privatização.*

Instituído pela Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, o FGPC destinou-se à facilitação do ingresso das micro, pequenas e médias empresas no mercado produtivo brasileiro através de financiamentos de médio e longo prazo. O Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade foi na realidade uma iniciativa do governo de responsabilizar-se por parte do risco a que os bancos credenciados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e pela FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial) se submetiam ao conceder recursos ao empresariado. Essa atitude ajudou a dirimir a elevação do desemprego de forma a criar condições complementares, mas não suficientes, para o desenvolvimento da produção brasileira.

### 3.3 O Enfoque Empresarial

*A estratégia da em.*

O empresariado brasileiro vem diariamente tentando superar as dificuldades traçadas pelo transtorno à produção nacional que se tornou o Custo Brasil. A procura de bens substitutos a custos mais reduzidos tornou-se uma forma de melhorar a composição do custo da produção industrial. Além disso o planejamento tributário, a busca de maiores prazos para os financiamentos recebidos, um bom gerenciamento orçamentário e financeiro, a redução dos estoques, um bom sistema de informações e a busca da maior automação são algumas variáveis utilizadas pelos empresários na intenção de adquirir capacidade para permanecer na competição mercadológica. Apesar de todas essas medidas elencadas houve ainda, dentro do meio empresarial, a necessidade de se tomar uma outra medida: a redução de mão-de-obra.

**A razão dessa decisão tão consensual no empresariado brasileiro nasceu da aclamação de que os encargos sociais são um dos grandes agentes promotores do aviltamento dos problemas de captação de recursos humanos e da produção nacional.**

Diante de estudos realizados com o intuito de definir o percentual do custo dos encargos sociais sobre a remuneração paga ao empregado brasileiro, nasceram basicamente duas vertentes de raciocínio. Uma delas é preocupada com o quanto se paga pela hora de trabalho efetivo, e a outra com o que incide, seja direta ou indiretamente, na hora trabalhada. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e a Informações Objetivas (IOB) foram duas entidades que se propuseram a realizar tais estudos e obtiveram resultados bastante distintos em função da diferenciação de definições do que vem a ser salário e encargos sociais, o ponto de partida dos estudos. O primeiro alcançou um resultado de 25,1% e o segundo de 102%. Porém diversos outros estudos ratificaram o segundo e maior percentual de forma a dar suporte à idéia de que existe uma alta incidência de encargos sociais no Brasil.

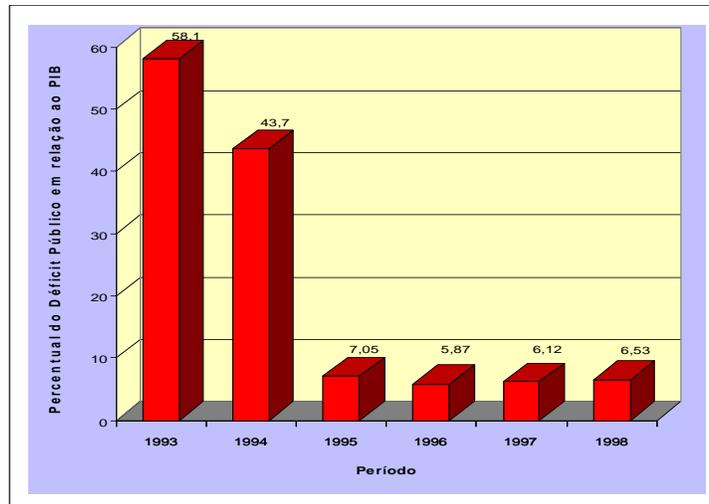
#### 4. SEMPRE O DÉFICIT PÚBLICO...

*O culpado é sempre o mordomo!*

O governo promove o custeio de suas tarefas administrativas através da arrecadação dos tributos cobrados em lei. No entanto, nem sempre esses recursos captados são suficientes para suprir as necessidades governamentais (vide Gráfico 03), e é então que o governo através do Tesouro Nacional usa de um meio bastante prático de sanar momentaneamente essa necessidade de recursos: a Dívida Pública. Nasce aí uma obrigatoriedade do governo para com a população, uma vez que os cidadãos passam a disponibilizar recursos para os investimentos governamentais.

Os títulos negociados nessa transação de endividamento do Estado para com a população têm como incentivador da ocorrência desse financiamento a parcela que remunera o capital investido: os juros. Diante disso fica notória a maior capacidade de arrecadação do governo mediante uma taxa mais elevada de juros e o desinteresse da população em investir nesses títulos quando as taxas de juros forem reduzidas.

**Gráfico 03 - Necessidades de Financiamento do Setor Público (Déficit), fluxos em 12 meses.**



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil

Nota 1: considerar a existência de inflação nos anos de 1993 e de 1994

Nota 2: considerar apenas janeiro e fevereiro de 1998

Nota 3: Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos a preços (em R\$ milhões) do último mês do período considerado.

Com isso começa a se formar um ciclo vicioso, onde com a maturação do prazo do financiamento público do Tesouro Nacional é promovida uma busca de mais recursos junto

à população pelo Tesouro, muitas vezes oferecendo taxas mais atraentes, ou seja, maiores juros, devido a baixas demandas pelas letras públicas e com isso formando uma nova dívida sem sequer pagar o déficit primário (déficit excluídos os juros).

**“Se houver um déficit primário no orçamento, então o déficit orçamentário total permanecerá crescendo quando a dívida cresce por causa do déficit, e os pagamentos de juros aumentam porque a dívida está crescendo [Macroeconomia, Rudiger Dornbusch e Stanley Fischer].”**

Esse ciclo é algo que repercute diretamente na economia brasileira uma vez que, ao serem elevados os juros, a capacidade de captação de recursos dos empresários é reduzida por conta da elevação do custo das suas atividades. Diante disso, surge uma necessidade de redução dos custos empresariais a fim de que haja uma continuidade dos seus negócios. Logo a variável que é mais manipulada é a mão-de-obra, visto que o custo dos encargos sociais é dito ser uma componente fundamental do Custo Brasil.

O processo de redução do chamado Custo Brasil é algo muito complexo devido ao número de variáveis implicadas. Porém, como se pôde observar, o componente mais voraz no que tange à elevação do Custo Brasil é indubitavelmente o encargo financeiro.<sup>2</sup>

## **5. BEM-ESTAR SOCIAL × CUSTO BRASIL**

*Em direção ao prêmio do país mais socialmente injusto no mundo...*

O cenário advindo do processo de abertura comercial no Brasil fortaleceu a idéia da existência de uma alta incidência de encargos sociais sobre a remuneração do empregado brasileiro. Com isso nasceu uma seqüela maior na conjuntura social brasileira: a elevação do índice de desemprego. O problema do desemprego no Brasil realmente é preocupante, pois no decorrer desses últimos anos está se agravando, o que mostra o índice médio de desemprego em estudo do Banco Mundial (vide Gráfico 04). A taxa média do primeiro semestre de 1998 chegou a alcançar 7,80% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo o IBGE (vide Gráfico 05).<sup>3</sup>

No entanto, a razão dessa elevação dos índices de desemprego não é uma consequência *exclusiva* do aumento do Custo Brasil, apesar de ser uma das maiores

---

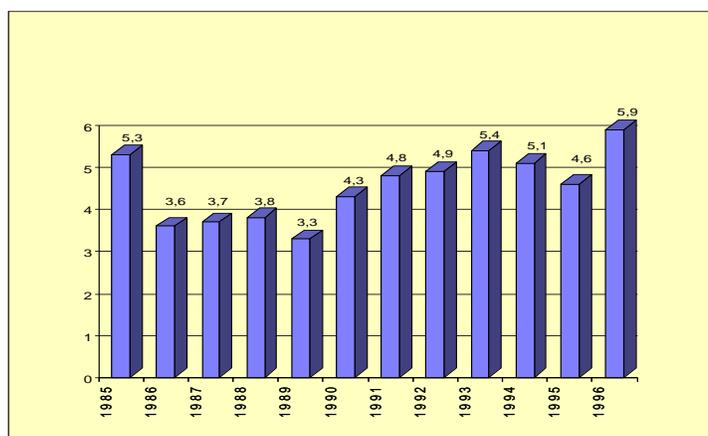
<sup>2</sup> O empresariado brasileiro, devido aos entraves produtivos, tem passado a dar maior atenção ao Custo da Ociosidade, ou seja, àquele custo nascido da não utilização da capacidade produtiva das máquinas. O que na realidade acontece é que às vezes, por falta de um estudo mais acurado do investimento a ser concretizado e do público alvo da empresa, realiza-se um desencaixe desnecessário à mesma, no que tange à sua verdadeira necessidade produtiva. A partir de então nasce um Custo Fixo que não tem um sacrifício de reposição à mesma altura, pois nunca a produção dessa entidade irá utilizar seu potencial maquinário completamente, em virtude de um mercado que não absorve a sua capacidade.

<sup>3</sup> Agora em 1999 há estimativas que apontam 20% de desemprego da população economicamente ativa em alguns estados brasileiros!

problemáticas deste. Tampouco a elevação desse custo se deve ao elevado nível de incidência de encargos sociais na mão-de-obra. De fato, primeiramente deve-se relembrar que o custo dos encargos sociais varia de acordo com os conceitos adotados por quem faz os cálculos, logo não se tem uma precisão do resultado e tampouco existe um consenso a despeito das definições das variáveis do problema. Em segundo lugar é notória a velocidade da automação das atividades que vem se disseminando no mundo, da qual advém o desemprego estrutural. Isso se deve à supremacia do aparato tecnológico que promove uma maior agilidade e eficiência na execução das atividades.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está ocorrendo uma redução da população ocupada da Indústria de Transformação do Brasil à proporção que a população ocupada do setor de serviços cresce lentamente. Confrontando-se os anos de 1990 e 1996, observa-se que houve um decréscimo de 19% na taxa de ocupação do setor industrial de transformação enquanto que a de serviço cresceu cerca de 6,3%, não conseguindo absorver, assim, a perda do setor industrial. Aqui se verifica a forte tendência da substituição da mão-de-obra pela agilidade das máquinas que promovem uma mais elevada taxa de produtividade. Como consequência disso começa a se observar uma migração de boa parcela da população ocupada para o setor informal, uma vez que se torna cada vez mais rígida a seleção dos empregados, ratificando, dessa forma, a passagem da era pós-industrial para a era do conhecimento. Cerca de 16,4% dos empregados que trabalhavam com carteira assinada passaram a trabalhar na ilegalidade, no período de maio de 1991 a abril de 1996, segundo o IBGE. Até janeiro de 1998, 24,7% dos trabalhadores exerciam suas atividades na ilegalidade, 23,16% eram autônomos e 46,5% eram trabalhadores com carteira assinada.

**Gráfico 04 - Taxas anuais médias do desemprego urbano aberto no Brasil.**



Fonte: Adaptação da pesquisa do B.O. - Banco Mundial.

**Gráfico 05 - Taxa de desemprego média de Janeiro a Junho (por ano) no conjunto das seis regiões metropolitanas mais importantes.**



Fonte: IBGE

Ademais, deve-se destacar a existência de uma globalização que exerce efeitos antagônicos, ou seja, no que tange à comunicação, política e transações financeiras tanto poderá trazer benefícios quanto causar profundos danos, principalmente nas finanças. Um bom exemplo do efeito da globalização são as últimas cinco crises financeiras que abalaram o mundo completamente: a do México, a da Tailândia, a do Japão, a da Rússia e a do Brasil. Elas provocaram e ainda estão provocando danos irremediáveis em muitos países. E vem aí a crise Argentina... A conseqüente redução dos investimentos estrangeiros no Brasil, uma vez que os investidores passaram a buscar mercados que proporcionassem maior segurança para as suas aplicações, fez o governo brasileiro elevar as taxas de juros a fim de resgatar a confiança dos investidores. O efeito imediato dessa medida foi a elevação dos custos das empresas e, conseqüentemente, os empresários novamente reduziram a mão-de-obra a fim de conter gastos.

Um quarto fator causador do problema empregatício foi iniciado em 1994 quando o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso começou a concretizar o plano de estabilização econômica, o Plano Real, o qual foi um grande promotor da elevação do desemprego do Brasil. O processo de privatização das entidades, a abertura da economia brasileira aos investidores estrangeiros e a reformulação das medidas fiscais foram metas idealizadas pelo governo com o intuito de alcançar a estabilidade econômica. Porém, no mesmo período em que foram executadas tais medidas, o desemprego ascendeu, sendo observado o seu crescimento através da estimativa do Banco Mundial que revela nos anos de 1994, 1995 e 1996 taxas médias de desemprego aberto (*vide Gráfico 05*), respectivamente, de 5,1%, 4,6% e 5,9%.

O governo brasileiro tomou algumas medidas no intuito de amenizar essa problemática que se avilta no mercado brasileiro. A instituição do sistema que visa amenizar a burocracia e as alíquotas exigidas das micro e pequenas empresas, ou seja, o sistema SIMPLES, além da aprovação da Lei nº 9.601 a qual trata do Contrato por prazo determinado e do Banco de Horas são exemplos da iniciativa governamental nesse sentido.

Esse contrato trouxe dentre as suas medidas uma redução dos encargos sociais, assunto tão polemizado no meio empresarial. O governo também está dando início ao processo de concretização da tão esperada Reforma da Previdência, visto que, além da existência de um déficit público brasileiro a crise financeira globalizada obriga o Brasil, em caráter de urgência, a realizar essa reforma, em detrimento de uma queda ainda mais vertiginosa do poder econômico da moeda brasileira, o Real.

**Diante de todos esses fatores expostos, verifica-se que o problema que o Custo Brasil lega aos cidadãos é bastante preocupante pois o reflexo desse entrave é evidenciado diretamente na vida de cada um dos brasileiros. Os encargos sociais ou os encargos financeiros não são os únicos responsáveis por toda essa situação, consideradas as suas relevantes proporções, mas sim um conjunto de entraves conjunturais que somados promovem o surgimento de um cenário como o do Brasil em 1999.**

## **6. REFLEXÕES FINAIS SOBRE O CUSTO BRASIL**

Durante décadas as empresas brasileiras foram lucrativas pela imposição de um preço final aos produtos que mascarava a falta de controle de custos. Com o advento da abertura comercial advinda da globalização econômica, ficou patente o despreparo das mesmas para o enfrentamento da concorrência. Embora algumas empresas brasileiras tenham buscado se reestruturar de forma correta (em nível gerencial, de controle de custos, de controle de processos, com investimento em automação etc) para tornarem-se competitivas, a grande maioria ampara-se de procedimentos que apenas retardam um pouco mais a sua derrocada pela catástrofe do seu gerenciamento. Assim é que para elas o Custo Brasil torna-se determinante de sua parca competitividade, alegando o peso das contribuições sociais nos custos de produção (porventura nos países desenvolvidos o peso das contribuições sociais é menor do que no Brasil? Claro que é maior ou da mesma ordem! E as empresas destes países são competitivas!). Ao mesmo tempo alegam o baixo nível de formação educacional/profissional (que seria responsabilidade do governo) da população como outro fator que contribui para o detrimento de sua competitividade (como fosse possível uma educação de nível para a ampla maioria da população brasileira que não chegar a ganhar 100 dólares mensais, um dos salários mais baixos em todo o mundo).

É claro que é sempre mais conveniente tomar um caminho mais fácil, que embora seja um paliativo e não uma solução eficaz, pode fazer com que as empresas brasileiras economizem menos de 10% dos seus custos com uma suposta implementação de facilidades legais para licenciamento de funcionários e redução de encargos sociais! Com isto, elas poderiam continuar a não atacar por certo tempo a sua ineficácia gerencial. Posicionariam-se nesta estratégia na contra-mão da busca de ganhos de produtividade pela valorização dos seus recursos humanos, o que tem-se mostrado em todos os países desenvolvidos como a chave para a busca de uma competitividade sustentável em longa escala temporal, que tem se oposto ao antes popular processo de reengenharia, que se pautava muito freqüentemente (para não dizer sempre!) pela redução acentuada do quadro de empregados.

Não que o Custo Brasil não esteja fundamental relacionado com a problemática do governo do país. Certamente as empresas brasileiras têm problemas de competitividade no que diz respeito ao seu financiamento, mas é ele a fundamental componente determinante de seu nível competitivo? Em relação à carga tributária, é ela também determinante? Neste último caso é estranho que os empresários se lamentem tanto pois: (i) seus concorrentes internacionais têm uma carga tributária que é muitas vezes bem superior aquela das empresas brasileiras; (ii) de acordo com revelação recente da Receita Federal, mais de 40% das grandes empresas brasileiras sonégam fortemente os impostos! Então, viria a eventual redução da carga tributária somente diminuir o montante da sonegação?

Somente agora que a automatização dos processos produtivos está cada vez mais a exigir mão-de-obra altamente qualificada é que começa a haver uma preocupação com o qualidade de gerenciamento do Brasil no que tange a educação. Convém lembrar que o maior problema atual da educação no Brasil é o salário dos professores, que tem profundas implicações na qualificação dos mesmos, no nível de formação dos alunos, na taxa de sucesso escolar, etc. Tudo isto não mostra a importância que os mais modernos sistemas de gerenciamento de recursos humanos têm mostrado, que é fundamentalmente que o quanto e como se paga a um profissional não deve ser reconhecido simples e puramente como um custo, mas sim como um investimento com elevada taxa de retorno.

A contribuição mais importante para o Custo Brasil ainda não reconhecida pelos empresários parece ainda ser a ausência de enfrentar decisivamente as modificações não cosméticas que se fazem necessárias para tornarem-se competitivos em uma economia globalizada. Em vez do “jeitinho brasileiro” para pagar menos impostos ou economizar em cima dos salários dos empregados, porque não implantar um programa efetivo para o cálculo dos custos nas empresas? Qual seria atualmente o percentual das empresas brasileiras que disporiam de um eficaz sistema de controle dos seus custos? Embora não existam estatísticas sobre o assunto (eis um excelente projeto de pesquisa em nível nacional ou estadual!), será que estaria longe de um bom número ao sugerir-se menos de 10%?

Portanto, é patente que na comunidade dos profissionais da área de custos torna-se mister que se desenvolva estratégias para cada mais tornar clara a indissociabilidade entre competitividade e controle de custos nas empresas. Neste aspecto, a Associação Brasileira de Custos (ABC) teria atuação fundamental, bastando para isto começar a desenvolver projetos de impacto para a comunidade empresarial.

**AGRADECIMENTOS** – C. A. Barbosa Filho agradece o apoio para a realização deste trabalho concedido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) na forma de uma bolsa de iniciação científica quando era aluno do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará em 1998. F. S. FREIRE agradece o financiamento recebido do CNPq na forma de uma bolsa de pesquisadora II-C para a realização deste trabalho na Universidade Federal do Ceará.

## **BIBLIOGRAFIA**

Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 34, nº 5, pg. 129, Brasília, maio de 1998.

Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 34, nº 5, pg. 151, Brasília, maio de 1998.

Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 33, nº 10, pg. 113, Brasília, outubro de 1997.

Boletim do Banco Central do Brasil, Relatório 1996, pg. 78, Brasília.

CARPINTERO, José Newton Cabral (1997), “Custo Brasil e competitividade sistêmica”, IV Congresso brasileiro de gestão estratégica de custos, novembro, Minas Gerais.

DORNBUSCH, Rudiger e FISCHER, Stanley (1991), “Macroeconomia”, Makron Books, McGraw-Hill, 5ª ed., São Paulo.

FILELLINI, Alfredo (1994), “Contabilidade Social”, Atlas, 2ª ed., São Paulo.

GAVAZZONI, Aluisio (1988), “A nova Constituição e as leis penais: dúvidas e ponderações”, Freitas Bastos, 1ª ed., Rio de Janeiro.

LONGO, Carlos Alberto e TROSTER, Roberto Luis (1993), “Economia do setor público”, Atlas, 1ª ed., São Paulo.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira (1995), “CLT universitária”, Atlas, 5ª ed., São Paulo.

MONTORO FILHO, André Franco (1992), “Contabilidade social: uma introdução à macroeconomia”, Atlas, São Paulo.

MORAES FILHO, Evaristo de e MORAES, Antonio Carlos Flores de (1993), “Introdução ao Direito do Trabalho”, LTR, 6ª ed., São Paulo.

OLIVEIRA, Aristeu de (1996), “Prática do Direito Trabalhista e Previdenciário: enfoque constitucional”, Atlas, 8ª ed., São Paulo.

OLIVEIRA, Aristeu de (1995), “Manual de Prática Trabalhista”, Atlas, 21ª ed., São Paulo.

OLIVEIRA, Juarez de (1996), “Código Tributário Nacional”, Saraiva, 25ª ed., São Paulo.

SILVA, Luiz Inácio *et al.* (1997), “Custo Brasil: mitos e realidades”, Vozes, São Paulo.